

## Revista Multidisciplinar

### O IMPACTO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE (IFRS) NAS EMPRESAS BRASILEIRAS

Deborah Cristina Orchanheski



<https://exchangenow.net/blog/comex/contabilidade-internacional>

**PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE**

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

**ISSN**

International Standard Serial Number  
2966-0599

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)



## O IMPACTO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE (IFRS) NAS EMPRESAS BRASILEIRAS

Deborah Cristina Orchanheski<sup>1</sup>

10 de janeiro de 2022

Revista o Universo Observável  
DOI: 10.5281/zenodo.14205171  
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.14205171)

---

<sup>1</sup> Deborah Cristina Orchanheski  
Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade UNIDOMBOSCO (Centro Universitário Unidombosco),  
formada em dezembro de 2017.  
[deh\\_cristina@hotmail.com](mailto:deh_cristina@hotmail.com)

## RESUMO

Este artigo explora o impacto da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) nas empresas brasileiras, destacando as transformações nas práticas contábeis do país a partir da promulgação da Lei nº 11.638/2007. A implementação das IFRS teve como objetivo promover maior transparência e comparabilidade das informações financeiras, facilitando o acesso ao mercado internacional e aumentando a confiabilidade para investidores. A pesquisa revela que, embora a adoção das IFRS tenha trazido avanços significativos para a contabilidade brasileira, os desafios culturais e técnicos, como a necessidade de reestruturação organizacional e atualização dos profissionais, exigiram adaptações por parte das empresas. Conclui-se que a convergência contábil contribui para o fortalecimento da governança e posiciona as empresas brasileiras de forma mais competitiva no cenário global.

**Palavras-chave:** IFRS, contabilidade brasileira, transparência, governança, mercado global.

## ABSTRACT

*This article explores the impact of adopting International Financial Reporting Standards (IFRS) on Brazilian companies, highlighting the transformations in the country's accounting practices since the enactment of Law No. 11,638/2007. The implementation of IFRS aimed to enhance transparency and comparability of financial information, facilitating access to the international market and increasing investor confidence. The research reveals that although adopting IFRS has brought significant advances to Brazilian accounting, cultural and technical challenges, such as the need for organizational restructuring and professional updating, required companies to adapt. It concludes that accounting convergence strengthens governance and positions Brazilian companies more competitively in the global arena.*

**Keywords:** IFRS, Brazilian accounting, transparency, governance, global market.

## 1 INTRODUÇÃO

A globalização dos mercados e a crescente interdependência econômica entre os países têm exigido uma uniformização das práticas contábeis. Nesse contexto, as Normas Internacionais de Contabilidade, conhecidas como IFRS (International Financial Reporting Standards), surgem como um

padrão global para a elaboração de demonstrações financeiras, facilitando a comparação entre empresas de diferentes países.

No Brasil, a adoção das IFRS foi formalizada com a promulgação da Lei nº 11.638/2007, que alterou a Lei das Sociedades por Ações e estabeleceu diretrizes para que as empresas brasileiras convergissem aos padrões internacionais.

A implementação das IFRS no Brasil teve como objetivo aprimorar a transparência, a comparabilidade e a qualidade das informações financeiras, promovendo maior segurança para investidores e outros interessados. Esse processo de convergência, entretanto, não foi isento de desafios, a transição para o novo modelo contábil demandou adaptações significativas por parte das empresas e dos profissionais de contabilidade, que precisaram revisar processos e adquirir novos conhecimentos para atender aos requisitos das normas internacionais.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo analisar o impacto da adoção das IFRS nas empresas brasileiras, explorando as mudanças na estrutura das demonstrações contábeis e os principais desafios enfrentados durante a implementação. Além disso, discute-se como as IFRS influenciam a transparência das informações financeiras, a tomada de decisões e o acesso a mercados internacionais.

Com base em dados de estudos e relatórios recentes, este trabalho visa contribuir para o entendimento dos efeitos das IFRS no cenário contábil brasileiro, oferecendo uma visão ampla sobre os benefícios e desafios associados a essa transformação.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NO BRASIL

A adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil ocorreu com a introdução do padrão IFRS, seguindo os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB). Esse processo teve início em julho de 2007, quando a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em colaboração com o Banco Central do Brasil, publicou a Instrução CVM n. 457. A partir de então, tornou-se obrigatório para as companhias brasileiras de capital aberto apresentarem demonstrações financeiras consolidadas com base nas normas internacionais a partir do exercício de 2010, sendo permitida a adoção antecipada (IDECNO BRASIL, 2012, p. 1).

Também em julho de 2007, após sete anos de tramitação no Congresso, a Lei 11.638 foi

aprovada e entrou em vigor no início de 2008, alterando a Lei das Sociedades por Ações (Lei n. 6.404/1976). Essa legislação trouxe harmonização e modernização para a lei societária brasileira, alinhando-a aos princípios e práticas contábeis internacionais, com o objetivo de integrar o Brasil ao cenário econômico global. A coordenação desse processo de convergência ficou sob responsabilidade do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), formado por seis entidades, incluindo ABRASCA, APIMEC Nacional, BOVESPA, CFC, FIECAFI, e IBRACON, além de outros convidados (KPMG, 2008, p. 2).

A adoção das normas internacionais foi implementada em duas fases distintas. A primeira fase, marcada pela promulgação urgente da Lei n. 11.638/07, trouxe os primeiros Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC, aplicáveis obrigatoriamente nas demonstrações contábeis a partir do exercício de 2008 (COUTINHO; SILVA, 2013, p. 3).

Na segunda fase, que visou o processo de convergência, foram emitidos outros Pronunciamentos Técnicos, além da revogação do CPC 14, ao longo de 2009 e 2010. Essas novas normas foram aplicadas obrigatoriamente a partir do exercício de 2010, incluindo a divulgação de informações comparativas para os exercícios de 2008 e 2009 (COUTINHO; SILVA, 2013, p. 3).

Esse processo de convergência das normas brasileiras ao IFRS representou, entre outros aspectos, uma migração de um modelo de regulamentação contábil de code law para um modelo de common law, onde a essência econômica dos fatos predomina sobre a forma e as normas são mais baseadas em princípios do que em regras (MACEDO et al., 2011, p. 300).

Assim, a adoção das IFRS e a importância da essência sobre a forma são aspectos fundamentais tanto para contadores quanto para auditores, exigindo que compreendam a operação e as circunstâncias envolvidas. Não basta apenas registrar o que está documentado; é crucial garantir que o documento formal realmente reflita a essência econômica dos fatos (IUDÍCIBUS, 2010, p. 21).

## 2.2 OS IMPACTOS DA ADOÇÃO DAS IFRS NO BRASIL

A adoção das IFRS no Brasil trouxe diversos impactos que geraram discussões após a publicação da Lei 11.638/07, especialmente devido às preocupações sobre o volume de ajustes e a potencial perda de comparabilidade das informações contábeis em relação aos períodos anteriores (NIERO; VALENTI; D'AMBROSIO, 2009, p. 23). A transição completa para as IFRS, baseada no princípio da essência econômica sobre a forma, acabou dificultando a análise das demonstrações

contábeis brasileiras, uma vez que cada empresa passou a adotar métricas diferentes para seus balanços, o que pode prejudicar a uniformidade das comparações (SANTOS JUNIOR; SILVA, 2011, p. 20).

As empresas precisaram entender as áreas-chave de diferença entre o IFRS e o BR GAAP. Enquanto algumas mudanças exigiram apenas pequenas adaptações, outras trouxeram grandes impactos, forçando mudanças significativas nas políticas contábeis. Em certos casos, as divergências entre IFRS e BR GAAP dependeram das escolhas contábeis específicas das empresas (DELOITTE, 2008, p. 7).

Um estudo sobre a primeira fase de transição para as IFRS nas empresas listadas na Bovespa indicou que os lucros eram superiores com as IFRS em comparação ao padrão contábil anterior, devido ao conservadorismo contábil brasileiro (SANTOS; CALIXTO, 2010, p. 35). Em 2010, entre 20 empresas que adotaram as IFRS antecipadamente, houve aumentos expressivos no lucro líquido e no patrimônio líquido, com incrementos de até +41% no lucro de 2007 e de +29% no de 2008, enquanto o patrimônio líquido cresceu em média +6,4% em 2007 e +13% em 2008 (SANTOS, 2011, p. 4).

Essa adoção parcial das IFRS aumentou a relevância das informações contábeis para o mercado de capitais no Brasil. A divulgação de ajustes de reconciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido durante o período de transição elevou as expectativas dos investidores e impactou os preços das ações, demonstrando que as normas contábeis influenciam a percepção dos resultados futuros das empresas (LIMA, 2010, p. 45).

Estudos mostraram diferenças na relevância informacional do lucro líquido por ação (LLPA) e do patrimônio líquido por ação (PLPA), com o LLPA ganhando em relevância enquanto o PLPA perdeu conteúdo informacional após a adoção das IFRS (MACEDO et al., 2011, p. 302). Comparações entre os indicadores econômico-financeiros das empresas de capital aberto listadas na Bovespa mostraram mudanças significativas, especialmente no índice de endividamento com a reapresentação das demonstrações contábeis de 2007 (BRAGA et al., 2011, p. 110).

Evidências sugerem que o fluxo de caixa operacional (FCOPA) é mais relevante para o mercado de capitais do que a demonstração de origens de recursos das operações (OROPA). Assim, a substituição da demonstração de origens e aplicações de recursos pela demonstração do fluxo de caixa foi benéfica para os usuários da informação contábil (MACEDO et al., 2011, p. 305).

Estudos com seis empresas indicaram que os indicadores calculados conforme as normas brasileiras e os calculados em IFRS estão altamente

correlacionados, sugerindo que não houve uma mudança significativa nos indicadores econômico-financeiros. Ainda assim, as diferenças, mesmo não sendo estatisticamente significativas, devem ser consideradas pelos analistas para evitar distorções nas análises (MARTINS; PAULO, 2010, p. 42).

Embora os CPCs estejam alinhados às normas do IASB, a aplicação prática das IFRS variou muito entre as empresas, o que resultou em diferenças notáveis no lucro líquido e no patrimônio líquido devido às práticas contábeis adotadas (SANTOS; CALIXTO, 2010, p. 36).

As IFRS introduziram mais passivos ao contabilizar novos tipos de contratos e operações, como leasing e securitização, o que antes não era comum no padrão contábil brasileiro. O reconhecimento de receitas também mudou, uma vez que as IFRS exigem que o reconhecimento considere a entrega do produto e outros fatores, o que afeta especialmente setores como construção, transporte e telecomunicações. O ajuste ao valor justo, ausente nas normas anteriores, agora afeta negócios, derivativos e ativos biológicos, influenciando os resultados contábeis (SANTOS *et al.*, 2011, p. 179).

Essas mudanças no padrão contábil impactam cada segmento de maneira diferente, dependendo das características e escolhas contábeis de cada setor e empresa, e trazem repercussões que afetam contratos econômicos entre os agentes de mercado (BARCELLOS; SILVA; COSTA JUNIOR, 2011, p. 5).

### 2.2.1 Conceito, Definição e Objetivo da Contabilidade

A contabilidade é uma ciência dedicada ao estudo do patrimônio de uma entidade, com o objetivo de registrar, interpretar, controlar e gerenciar informações sobre as alterações ocorridas em determinado período. Ela funciona como um sistema estruturado que permite o registro de transações de uma entidade, expressas em termos monetários, e reflete o impacto dessas transações na situação econômico-financeira da organização em uma data específica (GOUVEIA, 1993, p.1).

Definida como um sistema de informação, a contabilidade tem como função principal o controle do patrimônio de entidades de pessoas físicas ou jurídicas, sendo um suporte crucial para decisões estratégicas visando benefícios. Ribeiro (2013, p.10) descreve a contabilidade da seguinte forma:

“A contabilidade, portanto, é uma ciência social que tem por objeto o patrimônio das entidades econômico-administrativas. Seu objetivo principal é controlar o patrimônio das entidades em decorrência de suas variações.”

Assim, a contabilidade se consolida como uma ferramenta de controle. Conforme Padoveze

(2012), o objetivo da contabilidade é:

"A contabilidade tem por objetivo o controle do patrimônio, que é feito por meio da coleta, armazenamento e processamento das informações, ou seja, de todos os fatos contábeis que ocorrem na atividade empresarial."

Esse processo de controle e análise permite que as entidades compreendam melhor seu patrimônio e tomem decisões informadas sobre suas operações e finanças.

### 2.3 CONTABILIDADE INTERNACIONAL – ASPECTOS GERAIS

A contabilidade internacional estabelece normas, como as IFRS, com o intuito de padronizar a linguagem contábil global e superar as barreiras da globalização, permitindo que diferentes países se entendam financeiramente. Essas normas são obrigatórias em mais de 140 países, incluindo o Brasil, e promovem transparência e confiabilidade nas operações contábeis globais.

A principal missão da contabilidade internacional é unificar essa linguagem contábil, facilitando os negócios entre países. Antes da criação das IFRS, cada nação possuía seus próprios procedimentos contábeis, o que dificultava as relações internacionais. Com a adoção das IFRS, o Brasil equipara-se a outras economias mundiais na análise de investidores, tornando-se mais atrativo para investimentos internacionais, pois as análises financeiras podem ser realizadas de maneira imediata e padronizada.

Conforme a KPMG (2008), a migração para as IFRS traz benefícios significativos para o Brasil, como:

- Maior comparabilidade e transparência nas demonstrações financeiras;
- Integração do mercado de capitais em nível internacional;
- Fornecimento de informações financeiras mais qualificadas para acionistas e órgãos reguladores;
- Melhoria na qualidade e eficiência de grupos internacionais; e
- Expansão das ambições de crescimento internacional do Brasil.

Além disso, a KPMG (2008) destaca vantagens competitivas com a implementação das IFRS, tais como:

- Relatórios internos e externos, alinhados com as IFRS, que contribuem para um gerenciamento eficiente;
- Padronização no sistema de reporting, o que resulta em comunicação financeira uniforme;

- Dados contábeis que ajudam nas decisões gerenciais, refletindo uma visão realista da eficiência econômica.

Assim, todas as empresas, sejam nacionais ou estrangeiras, que desejam negociar com o Brasil precisam estar em conformidade com as normas internacionais de contabilidade. Países como os Estados Unidos e a China possuem seus próprios sistemas contábeis e exigem que suas empresas nacionais utilizem esses padrões. Entretanto, a China vem demonstrando comprometimento em adotar as IFRS como principal norma contábil, alinhando-se ao padrão internacional.

O Brasil optou por adotar as IFRS devido à sua grande abertura ao comércio exterior e ao incentivo governamental para investimentos internacionais. Em 2021, o Brasil registrou US\$ 280,4 bilhões em exportações e US\$ 219,4 bilhões em importações, com um crescimento significativo em relação a 2020. A Lei 11.638/2007 foi instituída para que as empresas brasileiras apresentem suas demonstrações financeiras de acordo com um formato aceito mundialmente, evidenciando o preparo do país para expandir seu mercado internacional. Grandes companhias como Petrobras, Gerdau, Vale, Bradesco e Itaú já possuem títulos negociados em bolsas estrangeiras e se adaptaram sem dificuldades às IFRS, pois já operam com demonstrações financeiras compreendidas nesses mercados.

No Brasil, a fiscalização das normas internacionais de contabilidade é realizada pela Receita Federal, pelos órgãos de registro contábil, como o CFC e os CRCs estaduais, e pelo CPC, que regulamenta a implementação das normas no país. Atualmente, não há uma penalidade direta para empresas que não adotam essas normas em suas demonstrações contábeis; contudo, a não conformidade pode resultar em documentos recusados por órgãos de registro, fornecedores ou bancos, dificultando a credibilidade e acesso ao mercado financeiro.

## 2.4 CONTABILIDADE NA INDÚSTRIA 4.0

A chegada da Indústria 4.0 ao Brasil marca um período de profundas transformações nas operações empresariais e no papel dos contadores. A Indústria 4.0 caracteriza-se pela integração de tecnologias avançadas, como a Internet das Coisas (IoT), inteligência artificial (IA) e automação, nos processos industriais. Esse avanço tecnológico tem suas raízes nas revoluções industriais anteriores, que moldaram a trajetória da contabilidade no Brasil e sua relação com o setor industrial.

As mudanças trazidas pela Indústria 4.0 impactam a contabilidade em diversas frentes. Conforme destacado por Moura e Moura (2020), a

automação dos processos contábeis, através de softwares e sistemas integrados, vem otimizando a coleta e o registro de dados financeiros, o que torna a contabilidade mais eficiente e minimiza o risco de erros humanos.

Além disso, a Indústria 4.0 influencia diretamente a análise financeira e as decisões contábeis, ao fornecer dados em tempo real e ferramentas analíticas avançadas. Ribeiro (2018) ressalta que os contadores precisam aprimorar suas habilidades para interpretar e aplicar essas informações, assumindo um papel estratégico dentro das empresas.

A trajetória da contabilidade no Brasil tem sido fundamental para preparar os profissionais da área para a era da Indústria 4.0. A evolução das práticas contábeis, desde o período colonial até as regulamentações e normas modernas, oferece uma sólida base de conhecimento e ética profissional que continua a ser relevante. Iudícibus (2004) destaca que a formação contábil no Brasil é moldada por uma longa tradição de práticas confiáveis e responsáveis.

No entanto, com a adoção da Indústria 4.0, os contadores precisam estar preparados para novos desafios, como a segurança cibernética e a análise de grandes volumes de dados. A habilidade de se adaptar a essas mudanças e de aprimorar continuamente suas competências é crucial, conforme sugerido por Padoveze (2012).

Em síntese, a chegada da Indústria 4.0 ao Brasil representa um ponto de inflexão na contabilidade, impulsionando a automação, o uso de dados em tempo real e a transformação dos papéis dos contadores. A história da contabilidade no país fornece uma base sólida, mas os profissionais de hoje devem estar preparados para enfrentar os novos desafios e aproveitar as oportunidades dessa revolução industrial em andamento.

### 2.4.1 Adequação das Normas Internacionais de Contabilidade

As Normas Internacionais de Contabilidade constituem um conjunto de diretrizes para a prática contábil, abrangendo conceitos, princípios e procedimentos para execução dos trabalhos contábeis, conforme estabelecido pelas normas do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

Segundo Lemes e Silva (2007), o processo de convergência contábil no Brasil iniciou-se em 2008, regulamentado pela Lei Societária 11.638/2007, que exige das grandes empresas a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis. Esse processo foi impulsionado pela necessidade de inclusão do Brasil no contexto global de desenvolvimento econômico entre os países.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado com o objetivo de elaborar normas

contábeis internacionais aplicáveis a todas as nações. Em abril de 2001, foram instituídas as IFRS (International Financial Reporting Standards), anteriormente conhecidas como IAS (International Accounting Standards).

Diante do cenário global em transformação, impulsionado pela economia globalizada, o BACEN decidiu, em março de 2006, emitir normas para adoção de procedimentos alinhados aos pronunciamentos do IASB. Essa medida visava à elaboração de demonstrações contábeis consolidadas, alinhadas ao IFRS a partir de 2010, e ao cumprimento das normas da International Federation of Accountants (IFAC) para auditoria independente (Lemes e Silva, 2007).

Em janeiro de 2009, as IFRS tornaram-se obrigatórias para todas as empresas de capital aberto e para empresas de médio e grande porte de capital fechado no Brasil, após a Lei 11.638/2007, que alterou dispositivos das Leis 6.404/76 e 6.385/76. A Lei aplica-se às sociedades anônimas de grande porte, com receita bruta anual acima de R\$ 300.000.000,00.

Essas mudanças ajustaram erros da Lei Societária de 1976 e adaptaram as normas contábeis às transformações do mercado. A partir de 2009, as demonstrações financeiras consolidadas para empresas de capital aberto seguiram os padrões internacionais, com alterações em práticas contábeis, incluindo instrumentos financeiros, arrendamentos mercantis, equivalência patrimonial e reavaliação de ativos (KPMG, 2007).

Para Costa, Campos e Amaral (2009), a adaptação às IFRS exigiu profissionais qualificados e com conhecimento das normas internacionais. Ernst & Young e FIPECAFI (2010) explicam que a atualização da Lei 6.404/76 buscou corrigir falhas e ajustar a legislação às mudanças econômicas e sociais, fortalecendo o mercado de capitais com normas contábeis aceitas globalmente.

O processo de harmonização trouxe benefícios, malefícios e obstáculos (KPMG, 2007). Os benefícios incluem comparabilidade global e facilidade na movimentação de recursos e pessoal, reduzindo custos e riscos no acesso a capitais estrangeiros. Contudo, um dos desafios é o fato de que países têm necessidades e culturas contábeis diferentes, dificultando a aplicação uniforme das normas. A principal dificuldade está nas discrepâncias entre normas e práticas contábeis de cada país, especialmente em países com menos entidades influentes na área contábil.

A adoção das IFRS tende a elevar a qualidade dos relatórios financeiros, ao reduzir o gerenciamento oportunista e melhorar a relevância do lucro contábil (Barth et al., 2008). Além disso, as IFRS, com foco na essência sobre a forma, proporcionam uma mensuração mais adequada do lucro contábil, especialmente em países com

tradição em common law, como Brasil (Santos et al., 2011).

As mudanças resultantes da adoção das IFRS foram estudadas por Daske, Leuz e Verdi (2008), que observaram que a adoção internacional aumentou a liquidez de mercado, reduziu o custo de capital e elevou o valor das companhias. Barth, Landsman e Lang (2008) também relataram que empresas que adotam as IAS apresentam aumento na qualidade das informações contábeis.

A decisão da CVM de adotar as normas do IASB a partir de 2010 inseriu o Brasil na contabilidade globalizada, ajustada aos interesses dos usuários do mercado financeiro.

De acordo com FIPECAFI e Ernst & Young (2013), a adoção do IFRS tornou mais complexos o reconhecimento e a mensuração das informações contábeis, com maior subjetividade e exigência de julgamento nas escolhas contábeis, demandando coordenação entre áreas como administração, economia, engenharia e direito. Essa mudança aumentou a necessidade de colaboração entre áreas distintas para definir taxas de depreciação, valor justo de derivativos e provisões. Por outro lado, os critérios do IFRS são mais consistentes e reflete melhor a realidade econômica das empresas.

## 2.5 MUDANÇAS NA CONTABILIDADE DO BRASIL

A introdução da Lei nº 11.638/2007 marcou uma mudança significativa nas práticas contábeis no Brasil, principalmente pela adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) a partir de 2008. Essa lei foi fundamental para alinhar os conceitos contábeis brasileiros com os padrões internacionais, especialmente em países como Estados Unidos e nações europeias, promovendo uma maior uniformidade no direito societário entre as empresas. Segundo Sá (2011), essas mudanças são uma "combinação de regras e práticas adaptadas para registro e comunicação contábil" que, inicialmente, tiveram como base o modelo estadunidense.

As alterações proporcionadas pela Lei 11.638/07 não significaram uma adoção imediata das IFRS, mas foram o primeiro passo para permitir a convergência dos padrões brasileiros aos internacionais. Portela (2011) afirma que, em poucos anos, "contabilidade internacional" e "contabilidade societária" passarão a ter significados equivalentes, refletindo essa harmonização.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) desempenha um papel essencial nesse processo de adequação. Seu objetivo é estudar, preparar e emitir Pronunciamentos Técnicos que orientem as práticas contábeis no Brasil, promovendo a centralização e a uniformização das normas contábeis brasileiras com os padrões

internacionais.

Em 30 de outubro de 2009, foi publicado o Pronunciamento Técnico CPC 37, visando garantir que as primeiras demonstrações contábeis das entidades fossem adequadas às normas internacionais emitidas pelo IASB. Essas normas baseadas em princípios buscam melhorar a compreensão universal das informações contábeis, beneficiando a qualidade e a clareza dos relatórios financeiros.

Conforme Marion et al. (2008), o objetivo da lei é "proporcionar maior transparência e qualidade às informações contábeis, harmonizando a legislação com as melhores práticas contábeis internacionais". Essa convergência promove a troca de informações e facilita a interpretação das normas, respeitando as particularidades do Brasil.

A adoção dos padrões internacionais trouxe uma série de alterações técnicas, como a substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e a obrigatoriedade da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para companhias abertas. A criação de um novo subgrupo denominado "Intangível" no Ativo Permanente separou os bens materiais (imobilizados) dos imateriais (intangíveis). Além disso, a Lei proibiu novas reavaliações de ativos e extinguiu a conta de Lucros Acumulados do Patrimônio Líquido, substituindo-a pelo subgrupo de Ajustes de Avaliação Patrimonial, que reflete variações nos valores de mercado dos ativos e passivos.

A atualização das normas societárias por meio da Lei 11.638/07 foi o passo inicial para a convergência das práticas contábeis brasileiras com as IFRS, estabelecendo princípios que favorecem a apresentação mais fiel da situação econômica e financeira das empresas. Essas mudanças foram fundamentais para a valorização da contabilidade no Brasil, pois aumentaram a transparência e o alinhamento das práticas contábeis nacionais aos padrões globais.

Entre as principais mudanças promovidas pela Lei nº 11.638/2007, destacam-se:

- Substituição da DOAR pela DFC: a Demonstração dos Fluxos de Caixa torna-se obrigatória;
- Demonstração do Valor Adicionado (DVA): obrigatória para companhias abertas;
- Criação do subgrupo "Intangível": separação entre bens materiais e imateriais;
- Proibição de novas reavaliações de ativos imobilizados;
- Extinção da conta "Lucros Acumulados" no Patrimônio Líquido;

- Criação dos "Ajustes de Avaliação Patrimonial" para refletir valores de mercado.

Essas mudanças fortalecem a transparência e a comparabilidade das informações financeiras das empresas brasileiras no mercado global, permitindo que a contabilidade nacional acompanhe as melhores práticas internacionais e agregue valor à análise financeira e à tomada de decisão dos investidores.

### 3 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e exploratória para investigar os aspectos de segurança associados à computação em nuvem, sendo a pesquisa qualitativa apropriada para este estudo porque permite uma análise profunda das percepções, comportamentos e práticas relacionadas à segurança da informação em ambientes de nuvem.

A pesquisa foi iniciada com uma revisão bibliográfica existente, incluindo artigos acadêmicos, relatórios de segurança, publicações de normas técnicas e legislação relevante.

As fontes foram selecionadas com base em sua relevância para os tópicos de segurança em nuvem, riscos, vulnerabilidades e medidas de mitigação. Esta revisão ajudou a estabelecer uma base teórica sólida e identificar lacunas no conhecimento atual.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados indicam que a introdução das IFRS no Brasil representou uma mudança substancial nas práticas contábeis, promovendo, conforme Souza e Lemes (2016), uma harmonização que visava aumentar a transparência e a qualidade das informações financeiras. Essa adaptação às normas internacionais permitiu que as empresas brasileiras passassem a apresentar dados financeiros de maneira comparável a de empresas globais, o que, segundo Zaluski e Beuren (2018), fortalece a credibilidade dos relatórios financeiros no mercado internacional.

A aplicação das IFRS também influenciou diretamente a estrutura das demonstrações contábeis das empresas, exigindo ajustes em processos internos e na capacitação dos profissionais de contabilidade. Segundo Fernandes et al. (2011), a grande quantidade de mudanças — como o foco na essência sobre a forma e a adoção de cálculos como valor de uso — demandou um alto grau de atualização e conhecimento por parte dos contadores, o que trouxe desafios, mas também oportunidades de desenvolvimento profissional.

Além disso, a obrigatoriedade das IFRS para empresas de capital aberto e de grande porte impulsionou uma integração supranacional no

mercado de capitais, conforme apontado por KPMG (2008). Esse movimento facilitou o acesso das empresas brasileiras a recursos externos, reduzindo taxas de risco e aumentando a atratividade para investidores internacionais. No entanto, conforme discutido por Marion et al. (2008), essa adaptação também teve seus desafios, pois envolveu uma mudança cultural nas práticas contábeis, substituindo normas locais por princípios contábeis universais que priorizam a essência econômica das transações.

Em relação aos desafios culturais e operacionais, Fernandes et al. (2011) enfatizam que a transição para o modelo IFRS exigiu das empresas brasileiras não apenas ajustes técnicos, mas uma reestruturação organizacional que integrasse áreas como economia, engenharia e administração, o que trouxe complexidade à implementação das normas. Além disso, como mencionado por FIPECAFI e Ernst & Young (2013), essa transformação aumentou o grau de julgamento e subjetividade na elaboração dos relatórios contábeis, exigindo uma coordenação entre diferentes áreas da empresa para assegurar a precisão e consistência das informações.

Em síntese, os resultados sugerem que, apesar das dificuldades iniciais, a adoção das IFRS trouxe melhorias significativas na transparência e comparabilidade das informações financeiras no Brasil. A aplicação das normas internacionais tem contribuído para posicionar as empresas brasileiras de forma mais competitiva no mercado global, atendendo às expectativas dos investidores e alinhando-se às melhores práticas contábeis globais, conforme concluem Fernandes et al. (2011) e Marion et al. (2008).

## CONCLUSÃO

A adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) representou um marco na contabilidade brasileira, promovendo uma transformação significativa nas práticas contábeis. Como demonstrado, essa transição foi impulsionada pela necessidade de harmonização das normas locais com os padrões internacionais, visando maior transparência e comparabilidade das informações financeiras. As IFRS permitiram que as empresas brasileiras se integrassem mais plenamente ao mercado global, facilitando o acesso a capitais internacionais e promovendo uma maior confiança entre investidores.

Apesar dos benefícios evidentes, como o aumento da qualidade e da relevância das informações contábeis, a implementação das IFRS não foi isenta de desafios. Os profissionais de contabilidade e as empresas brasileiras enfrentaram a necessidade de adaptação cultural e técnica, lidando com mudanças na estrutura das demonstrações contábeis e exigências de maior

julgamento e subjetividade. Essa adaptação como apontaram alguns autores demandou uma reestruturação organizacional e um aprimoramento contínuo das habilidades dos contadores.

Em suma, a convergência às IFRS trouxe avanços substanciais para a contabilidade brasileira, posicionando as empresas do país de forma mais competitiva no cenário internacional. Esse processo contribuiu não apenas para uma melhor compreensão e análise das demonstrações financeiras por investidores estrangeiros, mas também para o fortalecimento da governança e da transparência corporativa.

A experiência brasileira com as IFRS reforça a importância da atualização constante das normas contábeis para acompanhar as mudanças globais e garantir que as práticas contábeis continuem a atender às necessidades dos usuários de informações financeiras no mundo todo.

## REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Finanças Corporativas e Valor**. São Paulo: Atlas, 2014.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. **Altera e revoga dispositivos da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2007.

COSTA, C. L.; CAMPOS, F. M. de; AMARAL, M. M. Capacitação Profissional: um estudo sobre a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS) nas instituições particulares de ensino superior do ABC. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 177, p. 77-89, maio/junho 2009.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C.; FARIA, A. C. **Introdução à teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

GOUVEIA, N. **Contabilidade básica**. 2ª ed. São Paulo: Harbra Ltda., 1993.

NIERO, N.; VALENTI, G.; D'AMBROSIO, D. **Confusão contábil prejudica análise de balanços de 2008**. Valor Econômico, São Paulo, 9 mar. 2009.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. Conforme as Leis n. 11.638/07 e 11.941/09. 7. ed.

São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R.  
**Metodologia da Investigação Científica para  
Ciências Sociais Aplicadas.** 2ª ed. São Paulo:  
Atlas, 2009.

SCHMIDT, P. **História do pensamento contábil.**  
Porto Alegre: Bookman, 2000.

LIMA, J. B. N. **A relevância da informação  
contábil e o processo de convergência para as  
normas IFRS no Brasil.** Tese (Doutorado em  
Ciências Contábeis). Programa de Pós-Graduação  
em Controladoria e Contabilidade, FEA/USP, São  
Paulo, 2010.

DELOITTE (Brasil). **O Brasil na convergência:  
um guia prático para a adoção do IFRS.** 2008.  
Disponível em:  
[http://www.iasplus.com/americas/0902brazilpractic  
alguide.pdf](http://www.iasplus.com/americas/0902brazilpractic<br/>alguide.pdf). Acesso em: 08 jan. 2022

KPMG. **IFRS Hoje.** 1. ed., mar./abr., 2008.  
Disponível em:  
<http://www.kpmg.com.br/publicacoes/audit/IFRS/>.  
Acesso em : 12 dez. 2021

CHALMERS, K.; CLINCH, G. J.; GODFREY, J.  
**M. Adoption of International Financial  
Reporting Standards: Impact on the Value  
Relevance of Intangible Assets.** Australian  
Accounting Review, v. 18, p. 237-247, 2008.

PONTE, V. M. R.; FREITAS, J. B.; OLIVEIRA,  
M. C. **Impactos da adoção das IFRS nas  
demonstrações consolidadas dos bancos listados  
na BM&FBovespa.** EnANPAD, XXXVII  
Encontro do ANPAD, Rio de Janeiro, 7 a 11 set.,  
2013.

SANTOS, E. S.; CALIXTO, L. **Impactos do início  
de harmonização contábil internacional (lei  
11.638/07) nos resultados das empresas abertas.**  
RAE Electron, São Paulo, v. 9, n. 1, jun., 2010